

XII MANDATO

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

ATA Nº.10**Reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2018**

----- Aos **dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito**, no Edifício GNRation, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Braga sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com a presença dos Srs. Vereadores, Jorge Miguel Assis Caldeira Cruz Corais, Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Artur Jorge Oliveira Feio, Firmino José Rodrigues Marques, Miguel Sopas Melo Bandeira, Alberto Carlos Carvalho de Almeida, Lílíana Angélica Costa Matos Pereira, Lídia Brás Dias e João Vasconcelos Barros Rodrigues. Verificada a presença de todos os membros, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. Secretariou Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva. De seguida, dispensada como está leitura das atas das reuniões anteriores (**número nove**) passou-se à apreciação do expediente pela ordem seguinte: **RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.** Para conhecimento é presente o diário da tesouraria respeitante ao **dia doze.** **PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS:** Submete-se proposta de Regulamento Interno sobre a Prevenção do Consumo de Bebidas Alcoólicas, regulamento esse que aqui se dá como reproduzido e transcrito, vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas, depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião. Tem parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) Autorização nº 14202/2017. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS. Voto contra da CDU".** **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS:** Submetem-se à

apreciação do Executivo as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **1.** Do **Vice-presidente** submetendo à apreciação do Executivo a proposta de atribuição de um apoio financeiro ao **Instituto de Reabilitação e Integração Social (IRIS)**, no valor de **250,00 €**, destinado a dar continuidade ao trabalho realizado no âmbito de atividades de música popular portuguesa, folclore, fado e atividades de carácter religioso. **2.** Da **Sr^a Vereadora da Área da Cultura** submetendo à apreciação do Executivo as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)- Ao Cabido da Sé de Braga**, no valor de **45.000,00 €**, como contributo relativo aos custos inerentes à organização da Semana Santa de Braga; **b)- À Associação Cultural e Recreativa Semear Alegria**, no valor de **500,00 €**, destinado a compartilhar as despesas decorrentes com a realização de um festival amador intitulado "Festartes d'Alegria"; **c)- À Associação Cultural Grupo Canto D'Aqui**, no valor de **5.000,00 €**, destinado a compartilhar as despesas decorrentes com a 4ª semana Cultural Convergência Portugal Galiza; **d) – Ao Capítulo Cenário-Associação para as Artes (Ent'Artes-Escola de Dança)**, no valor de **2.976,00€**, destinado a compartilhar as despesas decorrentes com as viagens dos alunos no festival internacional de dança "Tanzolymp"; **e) – A Rusga de S. Vicente-Grupo Etnográfico do Baixo Minho**, no valor de **500.00€**, destinado a compartilhar as despesas por ocasião do Carnaval, Corrida/Desfile; **f)- Ao Conservatório Calouste Gulbenkian de Braga**, no valor de **12.000,00 €**, destinado a compartilhar as despesas decorrentes com a 5ª edição do Festival de Guitarra de Braga; **g)- A Encontros da Imagem-Associação Cultural**, no valor de **10.000,00 €**, destinado a compartilhar as despesas com a criação de uma galeria permanente no edifício da Estação – "Encontros da Imagem"; **h)- A Azeituna-Tuna de Ciências da Universidade do Minho**, no valor de

500,00 €, destinado a compartilhar as despesas com o 25º aniversário da Azeituna; **i)- Ao Grupo Folclórico da Associação Recreativa e Cultural de Palmeira**, no valor de **500,00 €**, destinado a compartilhar as despesas com a realização de festivais folclóricos no Município de Braga. **3. Da Srª. Vereadora da Área do Desporto**, submetendo à consideração do Executivo, no âmbito de contratos-programa a seguinte proposta de atribuição de subsídios: - **AWIKP – Associação Wado Internacional Karaté Portugal**, no valor de **12.038,00 €**; - **Este Futebol Clube**, no valor de **2.500,00 €**; - **Futebol Clube Ferreirense**, no valor de **2.000,00 €**; - **NENA – Núcleo de Escalada Montanhismo e Alpinismo**, no valor de **1.500,00 €**; - **Associação de Basquetebol de Braga**, no valor de **2.560,00 €**. **"Deliberado aprovar". ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO/FREGUESIA:** Submete-se à apreciação do Executivo a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro: **a)- U.F. de Real, Dume e Semelhe**, para a execução da obra denominada **"Construção do Parque Infantil – Rua António Alves Rei, frente ao Pavilhão Gimnodesportivo"**, no montante de **15.529,53 € c/IVA. "Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal".**

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: Submetem-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal os seguintes Contratos Interadministrativos de delegação de competências: **a)- Freguesia de Sobreposta**, para a execução da obra denominada **"Parque de Lazer de Sobreposta e Obras de Equipamento de apoio ao Parque Industrial – trabalhos realizados e não previstos"**, no montante de **70.490,00 €**; **b) - Freguesia de Ruilhe**, para a execução da obra denominada **"Alargamento da Rua do Centro Social"**, no montante de **24.314,24 €**; **c) – União das freguesias de Real, Dume e Semelhe**, para a execução da obra denominada **"Construção de Parques Infantis – Rua**

de S. Salvador de Montélios e Rua de S. Jerónimo" (loteamento de Montélios), no montante de **100.010,47 €**; ***"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal"***. **EMPREITADA: "CENTRO ESCOLAR DE ESPORÕES – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO" – CP.11.16.DACPGP:** Da **DMOSM** submetendo à consideração do Executivo informação relativa a supressão dos trabalhos, identificados no quadro que vai em anexo. ***"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU"***. **CONTRATAÇÃO: EMPREITADA "REGENERAÇÃO DA POUSADA DA JUVENTUDE E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A CENTRO DE JUVENTUDE DE BRAGA" – CPE16.17.DMOSM:** Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de 1 de fevereiro do corrente ano, segundo a qual aprova a 2ª retificação da lista de decisão sobre os erros e omissões, mapas de quantidades e de medições e prorrogação do prazo para apresentação de propostas. ***"Deliberado ratificar. Abstenção do PS e CDU"***. **PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA EMPREITADA: "REQUALIFICAÇÃO DO EIXO DESPORTIVO DA RODOVIA":** Da **DMOSM** submetendo pedido de prorrogação de prazo da empreitada **"Requalificação do Eixo Desportivo da Rodovia"** apresentado por DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A. ***"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU"***. **ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS:** Submete-se para apreciação do Executivo, nos termos do previsto no nº. 1 do artº. H-1/18º do Código Regulamentar do Município de Braga, os pedidos de isenção de taxas municipais constantes dos mapas que se anexam. ***"Deliberado aprovar. Dar conhecimento à Assembleia Municipal"***. **PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:** Submete-se à consideração do Executivo o pedido de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais, apresentada pela "Associação Canja — Centro de Apoio Nacional a Jovens e Adultos", para a realização das

designadas "Feirinhas D'ACANJA". Tem parecer da Divisão Financeira segundo a qual pelas razões que aponta não é de deferir a referida isenção que importa no valor de **54,61 €**. **"Deliberado indeferir".**

CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 1.170 M2 – CENTRO SOCIAL "ALDEIA DA GENTE PEQUENA" SITO NO LUGAR DO TOURIDO, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE - LOTEAMENTO Nº. 83/95: Submete-se à apreciação do Executivo Municipal processo em que o Centro Social "Aldeia da Gente Pequena" solicita cedência de terreno para implantação de creche no terreno cedido ao domínio público municipal para equipamento e zonas verdes, no âmbito da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 83/95, em nome de **Jerónimo Machado Morais de Sousa Louro e outra**, sito no Lugar do Tourido, da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe. Tem informação técnica da DMUOP/DGU, considerando que estão reunidas condições para a viabilidade do pedido, devendo ser cumpridas as seguintes etapas para efeitos de emissão de alteração ao alvará de loteamento. **1.** Decisão da autarquia relativa à opção e termos a solução a acordar com a instituição (constituição de um direito de superfície, de acordo com informação prestada pelos Serviços Jurídicos em 18/09/2017, que se anexa. **2.** Caso se concretize a cedência do espaço, deverá proceder-se à modificação do alvará por iniciativa da Câmara Municipal, dado a alteração incidir sobre área integrada no domínio público (parecer jurídico já referido). **3.** Passagem do terreno para domínio privado municipal (com particular cautela em assegurar a irreversibilidade das parcelas para o cedente, atendendo ao estabelecido no artº. 45º do RJUE); **4.** Proposta de alteração do alvará de loteamento a elaborar pela Divisão de Estudos e Projetos Municipais. **"Deliberado aprovar a constituição do Direito de Superfície nos termos propostos, determinando o cumprimento da demais tramitação referida. Tal**

direito fica consignado aos fins sociais inerentes à atividade da IPSS em causa. Voto contra do PS e abstenção da CDU. Remeter à Assembleia Municipal proposta de desafetação". **PROPOSTA –**

MINUTAS DOS PROTOCOLOS DE PARCERIA PARA CEDÊNCIA DE DADOS DE ALUNOS:

Da **Srª Vereadora da Área da Educação** submetendo para aprovação as minutas de protocolos de parceria para cedência de dados de alunos, a concretizar com as seguintes entidades: - Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio; - Freguesia de Esporões no âmbito das atividades de animação e Apoio à Família e das refeições escolares; - União das freguesias de Lomar e Arcos no âmbito das atividades de animação e Apoio à Família e das refeições escolares; - União das freguesias de Morreira e Trandeiras no âmbito das atividades de animação e Apoio à Família e das refeições escolares; - União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações no âmbito das atividades de animação e Apoio à Família e das refeições escolares; - Transportes Urbanos de Braga no âmbito dos transportes escolares. ***"Deliberado aprovar".***

PROPOSTA – ACEITAÇÃO E INCLUSÃO DE UM COMPUTADOR NO INVENTÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA:

Da **Srª Vereadora da Área da Educação** submetendo proposta relativa a aceitação e inclusão de um computador no inventário da Câmara Municipal de Braga oferecido pelo Governo Civil de Braga, no âmbito do Projeto "Estrada com Vida". ***"Deliberado aprovar".***

CONCURSO NACIONAL DE LEITURA 2017/2018 – APOIO PARA PRÉMIOS DA

FASE CONCELHIA:

Da **Srª Vereadora da Área da Educação** submetendo proposta relativa a atribuição de um apoio no valor global de **220,00€ à Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva**, para aquisição dos vouchers de oferta aos finalistas das Provas nas Bibliotecas Municipais, no âmbito da 12ª edição do Concurso Nacional de Leitura. ***"Deliberado aprovar"***

PROPOSTA – DISPOSIÇÕES A VIGORAR NAS

AUTORIZAÇÕES DE ACESSO À ÁREA PEDONAL A VEÍCULOS

AUTOMÓVEIS: Da **DTM** submetendo à consideração do Executivo proposta em cumprimento do disposto no Código Regulamentar do Município de Braga e do artº 33º. nº 2 alíneas qq) e rr) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, nomeadamente no que respeita ao acesso automóvel.

Tem informação favorável do Sr. Vereador Miguel Bandeira. **"Retirado da agenda"**.

PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

DE MERCHANDISING – CED2018: Da **Srª. Vereadora da Área do Desporto, Juventude e Associativismo**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta dos preços a praticar na loja da CED2018, relativa aos produtos a comercializar, proposta que se anexa.

"Deliberado aprovar" ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS E OUTRAS**RECEITAS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA:** Da

Srª. Vereadora da Área do Desporto Juventude e Associativismo,

submetendo proposta relativa à alteração à tabela de preços em vigor –

artº 8º. proposta essa que se anexa. **"Deliberado aprovar. Abstenção**

do PS". **"LOJAS COM HISTÓRIA" - PROPOSTA DE ABERTURA DE**

CONSULTA PÚBLICA PARA EFEITOS DE RECONHECIMENTO E

PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE

HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL AO ABRIGO DA LEI Nº.

42/2017: Do **Sr. Vereador do Património e Regeneração Urbana**,

submetendo à consideração do Executivo proposta de 46 lojas para

abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento e proteção de

estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social

local ao abrigo da lei Nº. 42/2017, que se anexa. **"Deliberado aprovar**

proposta de abertura de consulta pública". **RECOMENDAÇÃO DO**

PARTIDO SOCIALISTA: Submete-se à consideração do Executivo

Municipal a Recomendação do Partido Socialista, que se anexa.

"Deliberado aprovar". **VOTOS DE LOUVOR: - VOTO DE LOUVOR - O**

Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação do atleta do Sporting Clube de Braga/AAUM, **Vitor Hugo**, que se sagrou Campeão Europeu de Futsal, pela Seleção Nacional, ao bater a Espanha, no passado dia 10 de fevereiro. Esta vitória desportiva alcançada pelo atleta prestigia Braga e os bracarenses e valida de forma brilhante a política de fomento desportivo que vem sendo praticada pelo município. A somar a este título o atleta tem revelado um trabalho notável que constitui motivo de júbilo e contentamento a todos os bracarenses. A Câmara Municipal de Braga atribui um **Voto de Louvor ao atleta Vitor Hugo**, pelo título alcançado. Aproveito também a oportunidade para formular votos de novos sucessos desportivos. Braga, 19 de fevereiro de 2018. Assina a Sr^a. Vereadora Sameiro Araújo. **"Deliberado aprovar". VOTO DE LOUVOR** - O Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação do atleta do Sporting Clube de Braga/AAUM, **Nilson Miguel**, que se sagrou Campeão Europeu de Futsal, pela Seleção Nacional, ao bater a Espanha, no passado dia 10 de fevereiro. Esta vitória desportiva alcançada pelo atleta prestigia Braga e os bracarenses e valida de forma brilhante a política de fomento desportivo que vem sendo praticada pelo município. A somar a este título o atleta tem revelado um trabalho notável que constitui motivo de júbilo e contentamento a todos os bracarenses. A Câmara Municipal de Braga atribui um **Voto de Louvor ao atleta Nilson Miguel**, pelo título alcançado. Aproveito também a oportunidade para formular votos de novos sucessos desportivos. Braga, 19 de fevereiro de 2018. Assina a Sr^a. Vereadora Sameiro Araújo. **"Deliberado aprovar". VOTO DE LOUVOR** - O Município de Braga regozija-se com a excelente prestação do treinador adjunto da Seleção, Pedro Palas, que se sagrou Campeão Europeu de Futsal, pela Seleção Nacional, ao bater a Espanha, no passado dia 10 de fevereiro. Esta vitória desportiva alcançada pela equipa das Quinas, prestigia Braga e os bracarenses. A somar a este título, o treinador tem



revelado um trabalho notável que constitui motivo de júbilo e contentamento de todos os bracarenses em particular e dos portugueses em geral. A Câmara Municipal de Braga atribui um Voto de Louvor ao Treinador Adjunto Pedro Palas, pelo título alcançado. Aproveito também a oportunidade para formular votos de novos sucessos desportivos. Braga, 19 de fevereiro de 2018. Assina a Sr^a. Vereadora Sameiro Araújo.

"Deliberado aprovar". VOTO DE LOUVOR - O Município de Braga regozija-se com a excelente prestação do Diretor da Federação Portuguesa de Futsal, **Pedro Dias**, que se sagrou Campeão Europeu de Futsal, em representação da Seleção Nacional, no passado dia 10 de fevereiro. A somar a este título o Dirigente Pedro Dias tem revelado um trabalho notável quer no Desporto Universitário quer no Desporto Federado, o que constitui motivo de júbilo e contentamento a todos os bracarenses. A Câmara Municipal de Braga atribui um **Voto de Louvor ao Diretor Pedro Dias**, pelo título alcançado, bem como o trabalho realizado na promoção e desenvolvimento do Futsal Nacional. Aproveito também a oportunidade para formular votos de novos sucessos desportivos. Braga, 19 de fevereiro de 2018. Assina a Sr^a. Vereadora Sameiro Araújo.

"Deliberado aprovar". VOTO DE LOUVOR - O Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação do Seleccionador Nacional, **Jorge Braz**, que se sagrou Campeão Europeu de Futsal, pela Seleção Nacional, ao bater a Espanha, no passado dia 10 de fevereiro. Esta vitória desportiva alcançada pela equipa das Quinas sob o seu comando técnico, prestigia Braga e os Bracarenses. A somar a este título o Seleccionador tem revelado um trabalho notável que constitui motivo de júbilo e contentamento a todos os bracarenses em particular e dos portugueses em geral. A Câmara Municipal de Braga atribui um **Voto de Louvor ao Seleccionador Nacional Jorge Braz**, pelo título alcançado. Aproveito também a oportunidade para formular votos de novos sucessos

desportivos. Braga, 19 de fevereiro de 2018. Assina a Sr^a. Vereadora Sameiro Araújo. **"Deliberado aprovar". OUTROS ASSUNTOS** – Pelo Sr. Vereador Artur Feio foram levantadas três questões. A primeira, referente aos órgãos de comunicação social e pretendendo saber com quais o município e empresas municipais possuem contrato, respetiva natureza e custos associados. O Sr. Presidente informou existir contratualização com o Diário do Minho, Correio do Minho, Rádio Universitária do Minho, Jornal de Notícias, Correio da Manhã. Rádio SIM, Porto Canal (sem pacotes de publicidade), Revista Rua, Revista SIM, Braga TV. O Sr. Presidente informou ainda que o Sr. Dr. Ricardo Gomes fará chegar toda a informação mais detalhada. A segunda questão, relacionada com a mobilidade interna do colaborador João Costa e indagando, findos dois meses, quantos processos foram desmaterializados no serviço de arquivo e que avaliação foi feita pelo serviço prestado até agora. O Presidente da Autarquia informou que irá solicitar informação aos serviços. A última pergunta, referente ao corte no acesso à variante da Rodovia (acesso ao Edifício Primavera). O Sr. Presidente informou que o acesso foi cortado por razões de segurança, após técnicos detetarem fissuras graves na estrutura base da estrada. Manter-se-á o encerramento enquanto não for elaborado um projeto para repor a respetiva segurança. Pela Sr^a. Vereadora Liliana Pereira foram levantadas duas questões: se há informação de alguma impugnação aos concursos de assistente operacional e, não havendo, quando está previsto o término do procedimento e a previsão de colocação. Em relação às Assistentes operacionais contratadas, informou ter chegado ao seu conhecimento que os agrupamentos estão a receber informação de que o contrato das mesmas será renovado por mais 3 meses. O Sr. Presidente confirmou esta informação e esclareceu que não tem conhecimento de qualquer recurso. O concurso já devia estar em fase de conclusão, mas a Escola de



Psicologia da Universidade do Minho, entidade responsável pela realização das provas de avaliação psicológica atrasou-se para além do que estava estabelecido na concretização dessa tarefa, pelo que se aguardam esses mesmos resultados para poder dar sequência a cada uma das etapas. Para evitar riscos de interrupção de atividade, foi decidido prorrogar a contratação das colaboradoras que já se encontram em funções. Salvaguardou que as regras do concurso são claras e iguais para toda a gente e têm de ser respeitadas e instou as candidatas excluídas a contestar se entenderem que algum procedimento não foi respeitado. Já o Sr. Vereador Carlos Almeida, defendeu que as antigas assistentes operacionais devem levar até às últimas consequências a contestação, e desafiou o município a ajudar a encontrar solução laboral para estes trabalhadores. A Sr^a. Vereadora Liliana Pereira denunciou que o concurso para a contratação dos 14 assistentes operacionais está ferido de grandes ilegalidades. As candidatas são excluídas e não se sabe muito bem como e considerou que deve ser o município a avaliar se houve alguma ilegalidade. Também a mesma vereadora expôs acerca do tema Sala Snoezelen, na escola EB2,3 de Real, que terá sido inaugurada e não está a funcionar. A Sr^a. Vereadora Lídia Dias, reconheceu que a sala não está a funcionar por falta de técnico especializado. O Sr. Vereador Carlos Almeida questionou o município sobre a notificação por parte da AGERE da obrigatoriedade dos consumidores se ligarem à rede pública de abastecimento de água. Também o prazo dado de 90 dias e os custos de ligação, sobretudo no caso de famílias carenciadas. Estas notificações estão a ser feitas em zonas geográficas onde a AGERE procedeu ao alargamento da rede pública de abastecimento de água. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** - foram presentes duas intervenções do público: "Caro Sr. Presidente - Caros vereadores - Caros jornalistas e restante público. Apresentamo-nos num grupo de 38 Assistentes Operacionais que

desempenhou funções nas escolas e jardins de infância do Concelho, entre março e dezembro do ano passado. Quando abandonámos as nossas funções - imposto pelo contrato que havíamos celebrado — algumas de nós foram substituídas por outras Assistentes Operacionais em contrato de emprego e inserção ou por outras candidatas que tinham ficado posicionadas abaixo de nós no âmbito do “Procedimento Concursal para ocupação de 14 postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional para exercer a atividade de apoio a crianças com necessidades educativas especiais nos Agrupamentos de escolas” — publicado em Diário da República, aviso n.º 161/2016, de 29 de dezembro 2016, contratadas também a termo resolutivo certo por 3 meses, para o mesmo posto de trabalho e para a mesma necessidade, o que nos parece colidir com a disposição legal do artigo 59º n. 2, da Lei 35/2014 de 20 de junho. Entretanto o Município abriu, a 11 de julho do mesmo ano, um concurso para 14 assistentes operacionais, ao qual todas, sem exceção, nos candidatámos. Pelos serviços do Município, fomos informadas que estaríamos dispensadas de fazer prova de conhecimentos e que esta seria substituída por avaliação curricular. Ora, este facto já contradiz o próprio Procedimento Concursal publicado em Diário da República (Aviso nº 7816/2017 de 11 de julho de 2017) onde poderíamos optar, ao abrigo dos Art. 6 e 9, por uma das seguintes modalidades: Avaliação Curricular com entrevista ou Avaliação Psicológica com Prova de Conhecimentos. O facto de termos sido erradamente encaminhadas para a avaliação curricular quando poderíamos ter optado pela prova de conhecimentos prejudicou, desde logo, o concurso e promoveu uma injustiça relativamente a outras candidatas que foram admitidas à fase seguinte. Para grande surpresa nossa, e ao contrário do que está previsto, no próprio Procedimento Concursal — no Art. 11º, a maior parte de nós foi excluída por não atingir a pontuação de 14,25, quando o estipulado seria a exclusão dos



candidatos com avaliação interior a 9,5 valores. Durante 10 meses dispusemo-nos a colaborar num processo que entendemos de grande interesse e relevância social, tendo, de uma forma generalizada, sido elogiada a nossa prestação e a nossa saída gerada consternação junto de pais e professores. Aliás, em algumas situações foi-nos pedido para ficarmos durante as nossas férias, de forma a assegurar o funcionamento normal das atividades. Importa ainda recordar que muitas de nós fizeram opção pela carreira de assistente operacional, em detrimento de outras ofertas que nos surgiram, tendo redundado em fracasso a expectativa que o próprio trabalho nos proporcionou. A este prejuízo junta-se o fado de estarmos excluídas da bolsa de assistentes operacionais nos próximos anos. Esta situação concorreu para um desaire sociofamiliar já que não tivemos direito a subsídio desemprego nem a subsídio social, sendo que algumas de nós somos o único sustento da família. Juntar uma injustiça a um incumprimento e a uma irresponsabilidade do município para com os seus munícipes, nomeadamente sobre aqueles que prestaram um serviço numa área que se entende prioritária, não será propriamente um exemplo de boa atitude social de uma câmara municipal que se pretende vanguardista na defesa do interesse dos seus municípios. Assim, sr. Presidente e srs. Vereadores, viemos aqui clamar justiça, solicitando que a nossa situação seja revista e possamos, sem exceção, ser integradas num processo que escolhemos de livre vontade e para o qual já demos provas de profissionalismo e afeto. Não deixaremos de exigir nas instâncias competentes para que seja feita justiça para connosco, para com as nossas famílias, mas sobretudo para com a educação que entendemos ser de relevante interesse municipal e nacional. Braga, 19 de fevereiro de 2018. O grupo de 38 assistentes operacionais." "Caro Sr. Presidente - Caros vereadores - Caros jornalistas e restante público - Represento um grupo de mães e pais de crianças com necessidades educativas especiais

que frequentam jardins de infância do concelho de Braga. A família, assim como a escola, representam um contexto fundamental e privilegiado que contribuem significativamente para o desenvolvimento da criança. Quando falamos em escola referimo-nos a toda uma comunidade escolar que se reflete essencialmente nos docentes e nas assistentes operacionais. Foi com grande alegria e também com uma sensação de dever cumprido que em novembro de 2016 recebemos a notícia, tão divulgada pela comunicação social da região, que o Município de Braga iria proceder à abertura de concurso para a admissão de 14 assistentes operacionais destinadas a dar apoio a crianças com necessidades educativas especiais nos jardins-de-infância pertencentes ao município. Poucas achamos nós, mas na realidade já era um bom ponto de partida. Contudo as necessidades destas crianças não existem unicamente nos jardins, não desaparecem com a transição para o 1º Ciclo, e esta é uma questão que tem de ser tida em consideração. Estas assistentes entraram na vida dos nossos filhos apenas em março de 2017, já no decorrer do 2º período, abraçando o seu trabalho de corpo e alma, dando todo o apoio, amor e carinho aos nossos filhos, atuando sempre com o objetivo da verdadeira inclusão e cumprimento dos PEI's. Um trabalho digno de reconhecimento, que desde já o fazemos e agradecemos, sabendo que todas elas o fizeram com muita dedicação e empenho. Com muita tristeza, nós os pais, os nossos filhos e toda a equipa que trabalha diariamente com estas crianças, vímo-las a abandonar o serviço no final do 1º período do corrente ano letivo e a serem substituídas por outras assistentes contratadas pelo Município ainda mais precariamente, isto é, apenas por 3 meses, significando isto que no princípio do mês de abril entrará uma nova assistente, ou talvez seja renovado o contrato com a atual, e em Setembro virá outra nova, ou talvez só em Novembro, quando chegar a autorização da DGESTE... Enfim.... No início do corrente ano letivo,

enquanto aguardávamos a autorização da DGESTE, e falando em nome próprio, o meu filho, de cinco anos, diagnosticado com perturbação do espectro do autismo, atraso global no desenvolvimento e sem linguagem, fugiu de um Jardim de Infância de Braga. Não havia assistente operacional era o que o agrupamento vinha a dizer desde o princípio de setembro. Foi encontrado 30 minutos depois numa fábrica e levado ao Jardim por uma funcionária. O que é certo é que no dia seguinte já havia assistente e também outra educadora. Muitos dos nossos filhos têm alterações ou perturbações que influenciam negativamente a comunicação, interação social com adultos e pares e também o comportamento. Muitos dos nossos filhos não são minimamente autónomos, precisando sempre de um adulto que os guie e oriente nas rotinas básicas do dia-a-dia e que os incentive na construção de relacionamentos e na adequação de comportamentos tendo por base uma relação estável de carinho e afeto. A constante mudança de assistente operacional fere desde logo tudo aquilo que a família e a escola pretendem melhorar na vida destas crianças. A promoção do seu desenvolvimento nunca poderá passar por esta constante mudança de assistente operacional, porque elas não estão preparadas para aceitar esta mudança como uma criança normal. Estes laços afetivos são de extrema importância e são estes laços que poderão abrir caminhos para um dia os nossos filhos poderem vir a ter uma vida dita normal. As janelas de oportunidade estão abertas agora. Estas assistentes, que perante os resultados do atual procedimento concursal foram excluídas e que nos próximos tempos não poderão entrar na bolsa de assistentes do município, escolheram trabalhar nas necessidades educativas especiais, não foram obrigadas a fazê-lo. Por isso pedimos, não limitem e neguem esta opção de vida a quem livremente a escolheu. Apostar nestas assistentes é o mínimo que pode ser feito para ajudarmos as crianças NEE. Para termos uma noção mais exata, dos 7 anos da

existência da ELI Braga Saudável e da ELIColina, estas equipas já contam com mais ou menos 240 e 700 crianças referenciadas dos 0 aos 6 anos respetivamente, sendo que apresentam uma média anual de novos casos a rondar os 20% e 30%. Na cidade de Braga, por ano são referenciadas uma média de 200 crianças. Gostaríamos também de questionar o Município relativamente à sala de snoezelen — sala multissensorial, criada no Agrupamento de Escolas de Real, com um custo de 8.000,00 € de —A dinheiros públicos, concluída em maio de 2017 e já com as turmas preenchidas, mas que ainda não está a funcionar.... Uma sessão de terapia de 30 minutos custa 25,00 € numa clínica, não tendo qualquer participação do Estado. Muito podia ser dito e questionado aqui e agora, e desde já me disponibilizo para prestar qualquer esclarecimento e até colaborar em medidas concretas que o Município considere importantes para a concretização de políticas inclusivas e até parcerias para apostar na integração destas crianças, mas nós os pais não precisamos de respostas hoje, os nossos filhos precisam de apoios para ontem. Muito obrigada. Braga, 19 de fevereiro de 2018. Sandra Pereira, em representação de um grupo de mães e pais de crianças NEE.”

APROVAÇÃO EM MINUTA: Deliberado por unanimidade aprovar a presente ata em minuta nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, para surtir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO: Às **onze horas e quinze minutos** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva.

